



"Ser-se sindicalizado hoje é já um ato de coragem"

O ex-sindicalista Manuel Carvalho da Silva diz que a Troika transformou dívida privada em pública de forma a ganhar poder de negociação e considera que o valor a que se chegou é "incomportável"

ESPAÇO DE ENTREVISTA

CARLOS CALDEIRA
ccaldeira@oje.pt

MANUEL CARVALHO da Silva liderou o movimento sindical da CGTP-IN durante 25 anos, tendo deixado o cargo de secretário-geral em 2011. Atualmente, é investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, sendo coordenador do seu pólo de Lisboa, e professor no curso de licenciatura em Sociologia da Universidade Lusófona. As funções mudaram, mas os ideais não.

Segundo Manuel Carvalho da Silva, "na maior parte das empresas privadas e de serviços públicos, ser-se sindicalizado hoje é já um ato de coragem". Isto porque "um trabalhador que seja identificado como sindicalizado é candidato a que não lhe seja renovado o contrato, a entrar num primeiro processo de despedimento, é candidato a sofrer represálias", diz.

Que apanhado faz da evolução recente do sindicalismo em Portugal?

Neste momento, há uma conjugação de fatores que levam a que o sindicalismo e as condições objetivas de organização e ação dos sindicatos tenham limitações. Historicamente, o

neoliberalismo é um inimigo dos sindicatos, é um inimigo a abater. E isso tem um grande significado, porque a agenda e as práticas dominantes são hoje, na sociedade, em Portugal e na Europa, são hoje objetivamente neoliberais.

Eu diria que o neoliberalismo tem até no espaço da União Europeia a sua plataforma avançada. Depois de passar por outras fases encontrou condições, a nível mundial, para o ataque àquilo que era o espaço geográfico, o conjunto de países que tinham uma conjugação maior entre direitos políticos, direitos sociais, valorização dos direitos do trabalho e a articulação destes com os direitos de cidadania e com a democracia. A Europa tornou-se num espaço privilegiado do crescendo do ataque da agenda neoliberal. E foi também na Europa que surgiram os fatores que marcam o novo cenário da cena internacional. A chamada queda do muro de Berlim tem significados políticos, económicos, culturais e sociais, que alteram muito do que está a acontecer no mundo. O projeto da União Europeia era um até ao final dos anos 80 e passou a ser outro do ponto de vista de contexto, de enquadramento, e daí também do ponto de vista da alteração dos objetivos que passaram a ser outros.

Quais as diferenças do projeto europeu?

Podemos dizer que a União Europeia até Maastricht, ou se quisermos um

“As velhas praças de jorna foram substituídas por empresas de trabalho temporário

pouco antes, em 1989, até ao Tratado de Amsterdão, tinha um conjunto de compromissos que estão inscritos no Tratado de Roma e outros, e também estavam impregnados nas práticas que tinham pressupostos de dois sistemas em confronto e essencialmente em confronto no espaço da Europa, no seu conjunto. E a partir de Maastricht o projeto europeu deixou de ser um projeto político, no pressuposto, assumido ou não, de que o capitalismo era o sistema único e, a partir daí, passou a ser um projeto entregue aos interesses e estratégias mercados e passou a ser uma construção determinada pela predominância do financeiro e económico, que já nessa altura se afirmava como o poder emergente no contexto dos poderes. O poder financeiro e económico, com a sua capacidade especulativa que o sistema permite, e não regulado, passou a ser o poder determinante e a construção europeia foi entregue a essa lógica.

A partir daí, a dimensão social e cultural, que deviam de ser salva-

guardadas nas relações entre os povos, com autonomia e soberania, são postas em causa. Nisto tudo, o lugar e o valor do trabalho foram profundamente atingidos, e assim são atingidos os direitos no trabalho, os direitos sociais e começam a surgir complicações maiores para os atores, quer sociais, quer económicos, quer políticos, que não se submetem aos mercados. E os sindicatos apanharam "porrada" por aí. Se associarmos a estes dois fatores – a alteração do quadro geral e do projeto europeu – os fatores resultantes dos avanços no plano da ciência e da tecnologia, da manipulação da informação e da comunicação, em geral, não é só da imprensa, mas também da comunicação entre os povos, de transportes e aquilo que, do ponto de vista de valores, passou a ser dominante, que é a existência de um individualismo institucionalizado (não que os seres humanos passassem a ser mais individualistas), mas este passou a ser um objetivo estratégico que permite responsabilizar os indivíduos individualmente pelos seus êxitos e fracassos.

Este conjunto de fatores, associado à promoção de um consumismo exacerbado nos países mais desenvolvidos propiciou ainda outra coisa que foi a emergência das precariedades no trabalho, das inseguranças e das instabilidades no trabalho e portanto tudo isto é inimigo do sindicalismo, da organização dos trabalhadores.

Mas com maior precariedade não faria sentido os trabalhadores terem uma maior união?

Lembro que o sindicalismo é o movimento mais perene desde o início da Revolução Industrial e, além disso, não há famílias políticas atuais mais antigas do que os sindicatos.

Todas as famílias políticas existentes, desde republicanos até socialistas e social-democratas e democratas cristãos, e até comunistas, nenhuma delas é anterior à emergência do sindicalismo, que muitas vezes foi berço destas correntes político-partidárias que existem. E o sindicalismo ao longo deste percurso teve períodos de grande êxito e outros de problemas muito graves, nem sempre foi muito representativo. Por exemplo, quando vemos situações de descalabro nas sociedades, ainda no século XIX e depois no século XX, as décadas que antecedem a Primeira Guerra Mundial e a Segunda, os trabalhadores levaram, como eu costumou dizer, "porrada de criar bicho", os sindicatos em muitos casos foram praticamente aniquilados. Mas, sempre que houve necessidade de sair desse lodaçal em que as sociedades foram metidas, os trabalhadores e o sindicalismo foram chamados à participação ativa para a reconstrução da sociedade. Esta é uma observação histórica que provavelmente se vai repetir, mas em contexto e de formas diferentes das de outros períodos. E pode haver muitas mudanças como houve no passado, correntes

sindicais que eram influentes e que perderam influência, ou foram substituídas por outras, não sabemos exactamente o que vai acontecer. O que sabemos é que o trabalho não perdeu centralidade na sociedade e que os indivíduos, enquanto cidadãos, vão ter de se organizar no trabalho, pois é aí que passam grande parte da sua vida e o trabalho é decisivo para tudo.

Está a referir-se só aos trabalhadores por conta de outrem?

E quando falo na centralidade do trabalho não me estou só a referir à condição dos trabalhadores por conta de outrem, estou a referir-me a toda a sociedade envolvida.

Por isso, digo que, nesta fase, o sindicalismo tem de, do ponto de vista conceptual, ser trazido para as prioridades da atualidade da agenda política e de ser convocado não apenas para estar presente no debate político, mas por aquilo que representa e devido àquelas que são as suas capacidades de intervir na sociedade. Agora vamos ver como é que isso vai ser feito, porque aquilo a que estamos a assistir hoje é um ataque muito reestruturado.

Não nos podemos esquecer de que há um percurso feito desde a primeira metade do século XIX, em que o caminho trilhado pelos trabalhadores na afirmação do sindicalismo teve referências fortes, complementares, que se confundem com esse caminho. E as duas principais foram a afirmação do direito do trabalho enquanto ramo autónomo do direito e a afirmação da contratação coletiva. E se esses dois fatores são postos em causa, então é um desmoronar monumental de um edifício que não imaginamos o que pode provocar de instabilidade. Não nos esqueçamos de que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) ao longo de quase um século, em particular no período logo após à I Guerra Mundial e a Segunda, foi fundamental para a reestruturação e recomposição do quadro de compromisso das nações. A Sociedade das Nações foi substituída pela Organização das Nações Unidas com muito trabalho prévio feito por aquilo que era a concepção e objetivos da OIT. Mesmo a Declaração Universal dos Direitos Humanos vai beber muito nesses compromissos que se viram que eram imprescindíveis no final da segunda década do século XX, que refletiam um descalabro que estava para trás.

Mas, atualmente, há ou não algumas incapacidades por parte do sindicalismo?

É natural também que seja necessário analisar as incapacidades do movimento sindical na resposta a este novo contexto, porque uma coisa é encontrarmos as causas, os responsáveis e denunciar; outra coisa é a construção, resolver, ou seja construir caminhos de resistência e novas soluções. Neste capítulo, o movimento sindical foi muito debilitado



por estas dinâmicas de que estou a falar. Como sabemos, uma das operações deste predomínio do financeiro foi substituir salários por créditos e pendurar as pessoas numa dependência que já não resolvem só pelo caminho do trabalho. Estamos num cenário europeu e mundial de estagnação da economia, pelo menos em relação aos países mais desenvolvidos, e de incapacidade de resposta, mas com os mercados especulativos a prosperarem.

Neste cenário, quais os principais desafios que se colocam aos sindicatos?

Os desafios que se colocam aos sindicatos para se centrarem, para conseguirem mobilizar para as suas "causas elites", para conseguir mobilizar capacidades de quadros que construam uma alternativa é um esforço muito grande. Por outro lado, muitos dos problemas com que os sindicatos hoje se debatem no dia a dia – as respostas que as pessoas sentem como necessárias continuam a ser solicitadas aos sindicatos – mas, para muitas das respostas que os sindicatos têm de dar, estes já as não darão só por si. Ou seja, há uma relação entre a agenda política e a agenda social. Em tempos de grande crise, como aqueles que vivemos, em tempos de grandes bloqueios na sociedade, é que esta necessidade se torna ainda mais complexa.

Tem dados sobre o decréscimo dos trabalhadores sindicalizados nos últimos anos?

Não tenho números. A oscilação do número de sindicalizados é muito

grande porque a precariedade no trabalho, o desemprego e as limitações financeiras das famílias levam a opções. Vivemos uma época em que a grande preocupação é tentar resolver os problemas do imediato, há pouco espaço para projetar o futuro. Por isso, há muita oscilação no número de sindicalizados. Mas, pela observação e pelos estudos que vão surgindo, há uma constatação de uma perda do número dos sindicalizados. Não um distanciamento em relação às causas do sindicalismo, mas há uma diminuição do número de filiados. Como lhe disse, o movimento sindical teve períodos onde as sindicalizações eram muito baixas e o seu papel era muito importante, quer na resistência, quer na formulação de propostas para sair dos bloqueios.

Começou por falar de um ataque do neoliberalismo ao movimento sindical. E a Autoeuropa, é um caso à parte?

As pessoas falam muito da Autoeuropa. Em Portugal, no senso comum e na formação de opinião, há um enorme desconhecimento das coisas do trabalho e do sindicalismo, por um lado, e, por outro, por vezes, há pronunciamentos sobre o sindicalismo com uma ligeireza que impressiona, porque se trata de um campo muito complexo. A Autoeuropa é uma boa referência, mas devo dizer-lhe que, felizmente, há centenas de empresas onde todos os dias há discussão e negociação. O processo da Autoeuropa não é diferente, por exemplo do da Continental Mabor e de muitas outras empresas peque-

nas. Como se sabe, o que se passa é que a Autoeuropa, embora também tenha trabalho precário, não tem a cultura do trabalho precário, mas sim do vínculo estável para criar a responsabilização dos seus trabalhadores. Tem uma cultura de diálogo, de representação, tem liberdade sindical, existe um nível de formação e de qualificação das pessoas exigente, no fundo, existem fatores de estruturação de um processo de desenvolvimento que não se observa em grande parte de outras empresas em Portugal.

A questão da Autoeuropa não tem que ver com um comportamento diferente dos trabalhadores. É ao contrário. Na construtora automóvel e em muitas outras empresas, não existe esta cultura da precariedade. Na maior parte das empresas privadas e de serviços públicos, ser-se sindicalizado hoje é já um ato de coragem.

Porquê?

Porque um trabalhador que seja identificado como sindicalizado é candidato a que não lhe seja renovado o contrato, a entrar num primeiro processo de despedimento, é candidato a sofrer represálias, limitações dos seus direitos, esta é a realidade do dia a dia na maioria das empresas portuguesas. Por outro lado, não há uma cultura empresarial que devia haver. É hoje do senso comum, mas também confirmado por muitos estudos, a constatação de que o nível de formação dos nossos empresários e dos nossos gestores fica muito abaixo do que devia ser. E, por exemplo, comparado com o nível de

“ Lembro que o sindicalismo é o movimento mais perene desde o início da Revolução Industrial

formação e qualificação dos trabalhadores em geral é pior que o dos trabalhadores. Mas, em Portugal, felizmente existem muitas empresas onde ainda há qualidade de gestão, respeito pelos direitos, práticas de diálogo e negociação, mas existem muitas outras onde isto não é tido nem achado.

Por outro lado, proliferam os esquemas modernos de praças de jorna, as velhas praças de jorna foram substituídas por empresas de trabalho temporário, que até nos centros de emprego se instalaram e que tornam absolutamente inviável, nos moldes que se conhecem até hoje a existência de organização dos trabalhadores. O que isto significa é que a democracia está doente.

Mudando de assunto, há ou não excesso de dívida pública em Portugal e como resolvemos este problema?

Essa é uma questão interessante até pelo seguinte, quando a Troika entrou em 2011, o que se verificou foi que a dívida privada – das empresas, do setor financeiro e da famílias – era três vezes o valor da dívida pública.

Mas essa relação já existe há muito tempo.

Sim, mas a ideia que está no senso comum é que tudo é dívida pública, feita pelo Estado para que pudéssemos ter direitos sociais e isso não é assim. Grande parte da dívida privada foi feita com ganhos brutais para o setor financeiro. A nossa entrada na União Europeia permitiu à banca portuguesa ir buscar muito dinheiro a juros baixos, que lhes permitiam depois desenvolver políticas de crédito em Portugal – ofereceram aos portugueses todos os créditos e mais algum como fáceis de obter e fáceis de pagar – e esse fácil financiamento do setor financeiro foi instrumento para provocar dívida dos privados, em muitos casos substituindo o valor dos salários das pessoas pelos créditos. Essa facilidade de ir buscar dinheiro ajudou a sustentar os negócios do cimento armado e muitos outros, de corrupção, de compadrio. Essa dívida privada era enorme e o que se viu foi que uma parte significativa dela, aquela que era do setor financeiro em nome de que o setor não pode ser instabilizado, grande parte dessa dívida passou para dívida pública. A entrada da Troika provocou, de imediato, em relação à nossa dívida, algumas operações de grande eficácia.